

# UM LUGAR NA HISTORIOGRAFIA AMAZONENSE: A TRAJETÓRIA DE BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (1841-1919)

## A PLACE IN AMAZONIAN HISTORIOGRAPHY: THE TRAJECTORY OF BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (1841-1919)



FÁBIO AUGUSTO DE CARVALHO PEDROSA<sup>377</sup>

### Resumo

No presente artigo buscou-se reconstituir a trajetória de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919), jornalista, político, poeta e historiador paraense que construiu sua carreira entre as Províncias, posteriormente Estados, do Pará e Amazonas. Bento Aranha teve uma produção intelectual diversificada, publicando textos de História política, biografias, trajetórias e estudos sobre a Geografia da região Amazônica, além de fazer parte de instituições como o Arquivo Público do Estado do Amazonas e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA). Pretende-se, através da análise de sua produção e atuação institucional, identificá-lo como um dos autores que, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, lançaram as bases da pesquisa histórica no Amazonas.

**Palavras-chave:** Historiografia; trajetória; Amazonas.

### Abstract

In this article, we sought to reconstruct the trajectory of Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919), a journalist, politician, poet and historian from Pará who built his career between the Provinces, later States, Pará and Amazonas. Bento Aranha had a diverse intellectual production, publishing texts on political history, biographies, trajectories and studies on the Geography of the Amazon region, in addition to being part of institutions such as the Public Archive of the State of Amazonas and the Historical and Geographical Institute of Pará (IHGPA). It is intended, through the analysis of his production and institutional performance, to identify him as one of the authors who, between the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century, laid the foundations of historical research in Amazonas.

**Keywords:** Historiography; trajectory; Amazonas.

<sup>377</sup> Acadêmico do curso de História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professor de História no Curso Preparatório Paradigma. E-mail: [historiadorcarvalho@gmail.com](mailto:historiadorcarvalho@gmail.com).



### Entre Pará e Amazonas: formação, carreira jornalística e política

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha nasceu em 18 de julho de 1841, na cidade de Belém, capital da então Província do Pará. Foi jornalista, político, poeta e historiador. Era membro da ilustre família Tenreiro Aranha, oriunda de Portugal e com fortes laços entre o Pará e o Amazonas. Seu pai foi João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861), primeiro Presidente da Província do Amazonas. Recebeu o mesmo nome do avô paterno, o poeta Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811).

Seguiremos algumas pistas sobre sua trajetória através de breves biografias publicadas ainda em vida nos periódicos paraenses *Correio Paraense*<sup>378</sup> e *Diário de Notícias*<sup>379</sup>. As demais informações foram encontradas em fontes jornalísticas do Pará e do Amazonas, bem como alguns trabalhos bibliográficos que o citam vagamente.

Nos primeiros anos de vida ele foi educado pelo pai. Autodidata, começou cedo na carreira jornalística, entrando em 1858 para a redação do jornal *Diário do Grão-Pará*<sup>380381</sup>. Anteriormente, entre 1857 e 1858, havia colaborado, respectivamente, no *Adejo Literário* e na *Revista do Atheneu Paraense*. Bento Aranha seguiria os mesmos passos de seu genitor, que também havia sido redator de jornal no Pará. Em 1860, na Escola Central do Rio de Janeiro, teve contato com o Partido Liberal, ao qual se filiou. Ele mostrou-se desde cedo favorável aos ideais republicanos, o que lhe ocasionaria alguns problemas com as autoridades provinciais.

Retornou ao Pará em 1862, tendo sido nomeado pelo Ministro da Fazenda adido à Alfândega paraense<sup>382</sup>. Em 1865 publicou no *Jornal do Pará* artigos em que criticava o Governo do Presidente Couto de Magalhães e exaltava os valores republicanos. Acabou sendo deportado para a Província do Amazonas. Em Manaus, no dia do regresso dos combatentes da Guerra do Paraguai, os recebeu, na porta da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, com um discurso permeado por críticas à escravidão, contra a qual convocava aqueles homens:

<sup>378</sup> **Bento F. T. Aranha.** *Correio Paraense*, Belém, 18/07/1892.

<sup>379</sup> **Bento Aranha.** *Diário de Notícias*, Belém, 09/07/1885.

<sup>380</sup> GUIMARÃES, Camila Lima; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Jornalistas de destaque: profissionais da imprensa de Belém entre 1840 e 1860. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ, 04 a 07/09/15, p. 12.

<sup>381</sup> No entanto, na edição do *Correio Paraense* em homenagem aos 51 anos de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (18/07/1892), consta que ele entrou para o *Diário do Grão-Pará* em 1863, ficando neste até 1891.

<sup>382</sup> JOBIM, André. *Velhos Tempos*, 11/09/1946. Apud BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 135.



Voluntarios da patria, a vossa missão está terminada, repetem milhões de boccas desde aquelles longes do Prata até as nossas mais reconditas florestas do Amazonas; mas o patriotismo e a religiosa devoção que observais pelas liberdades, de certo que bradarão mais alto, que essas boccas: ainda não!

E não. A patria ainda clama pelo auxilio de seos filhos e a vós, mais do que a qualquer outro, por que já sabeis como se leva a liberdade á inhospitas e estrangeiras gentes, incumbe attender-lhe as queixas, para que nós então guiados pelo vosso desapego a vida em prol da sua causa vos possamos emitir.

Assim como, de vós exigio ella q' levasseis a liberdade a um povo escravizado e fanatico pelo despotismo e fostes prompto em acceitardes o honroso mandato, com mais rasão hoje supplica-vos alcanceis a de filhos seos, vossos irmãos, que gemem sob o jugo da mais negra e mais aviltante escravidão!

Escravidão! Triste condição a que chega o homem: o escravo não tem direitos á allegar, desde que não é mais senhor de si, não tem vontades, e é obrigado a sempre obdecer, soffrer callado, trabalhar e viver sem honra! E quantos brasileiros não vivem redusidos a semelhante estado de degradação e envergonhados occultam o nome de sua nacionalidade!?

Cidadãos, crusados da liberdade, vós jamais podeis sentir em vossos ouvidos o echoar das queixas de tantos infelizes nossos irmãos, lançados do vosso gremio com desprezo sob o barbaro e deshumano jugo da escravidão

A vós, pois, voluntarios do Amasonas, ainda resta o sagrado dever de tomardes a iniciativa da emancipação desses nossos irmãos, que trazem estampado na frente o estigma da escravidão, e a nós o de seguir o vosso exemplo.

Viva S. M. o Imperador.  
Viva S. A. o principe conde d'Eu.  
Viva o bravo General Camara.  
Vivão o exercito e armada brasileira.  
Vivão os voluntarios do Amasonas.  
Viva o legendario Osorio.  
Viva o Exm. Sr. presidente da provincia<sup>383</sup>.

O historiador Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, em recente artigo sobre Bento Aranha, afirma que, apesar desse discurso terminar com saudações ao Imperador e às autoridades do Império, uma espécie de juramento de fidelidade, ele atacava a principal base da Monarquia, que era a escravidão<sup>384</sup>. O General José de Miranda da Silva Reis, Presidente da Província, deu-lhe voz de prisão. Quando foi solto, voltou a ser preso em Belém por divulgar os ideais republicanos através do jornal Tribuna.

Bento Aranha já tinha alguns empreendimentos de longa data no Amazonas e já havia exercido alguns cargos públicos. Desde 1866 apresentava espetáculos teatrais no

<sup>383</sup> Discurso. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 27/07/1870, p. 03.

<sup>384</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021, p. 06.



Teatro Thalia, em Manaus. Foi nomeado pela Presidência em 10 de janeiro de 1867 para servir gratuitamente no cargo vago de amanuense da Diretoria de Instrução Pública da Província<sup>385</sup>. Pela portaria de 06 de abril de 1869 foi autorizado a lecionar Gramática Universal e Retórica. Nesse mesmo ano fundou a Sociedade Atheneu das Artes, sociedade artística de instrução e caridade. Em 1870 criou uma escola noturno de ensino primário, mantendo-a gratuitamente por três anos. Averso à escravidão, como vimos anteriormente no discurso proferido aos combatentes da Guerra do Paraguai, cooperou na fundação da Sociedade Emancipadora Amazonense, sendo secretário desta. Nesse mesmo período passou a angariar fundos para a construção de uma Biblioteca Pública. Coube a ela a organização e a direção, em diferentes períodos, dessa instituição. No Pará fora nomeado Escriturário do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

No dia 27 de agosto de 1873 foi nomeado por decreto Imperial para o cargo de Primeiro Escriturário da Alfândega da Vila de Serpa (Itacoatiara). O Presidente da Província do Amazonas o nomeou, em 26 de novembro de 1873, professor interino do bairro de São Vicente, em Manaus<sup>386</sup>. Em 08 de janeiro de 1874 foi nomeado professor de primeiras letras do sexo masculino da Vila de Serpa<sup>387</sup>. Fundou escolas noturnas nessa vila e em Barcelos. O Presidente da Província o nomeou para o cargo de Promotor Público da Comarca do Rio Negro em 26 de fevereiro de 1874. Foi demitido do cargo de Primeiro Escriturário da Alfândega após publicar um artigo no jornal “Sete de Setembro” no qual afirmara que prestava serviços no Amazonas em nome da causa republicana. Em 1876 cria a Revista do Amazonas, publicação mensal sobre a exploração de rios, catequese, civilização de índios, colonização, agricultura e indústria. Atuou como secretário na Loja Maçônica Esperança Porvir e na Associação Comercial do Amazonas. Sugeriu a criação de um Asilo Orfanológico, inaugurado em 1884, mais tarde transformado no Instituto Benjamin Constant.

Quando da criação da Repartição de Terras e Colonização do Pará, em 25 de julho de 1890, foi nomeado auxiliar técnico, sendo demitido em 05 de janeiro de 1891<sup>388</sup>. Em 25 de fevereiro de 1891 entrou em exercício do cargo de Despachante Geral da Alfândega do Estado do Pará. Por defender a Revolta da Armada e atacar o governo de Floriano Peixoto em seu jornal Correio Paraense, de Belém, no Pará, teve sua tipografia

<sup>385</sup> *Amazonas*, Manaus, 16/01/1867.

<sup>386</sup> *Diário de Belém*, Belém, 04/12/1873.

<sup>387</sup> SILVA, Francisco Gomes da. **Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara**. Manaus: Gráfica Ziló, 2018, p. 77-87.

<sup>388</sup> *Diário de Notícias*, Belém, 06/01/1891.



empastelada pelo poder público<sup>389</sup>. Por ato de 01 de setembro de 1900 foi nomeado Diretor dos Índios do Rio Branco<sup>390</sup>. Bento Aranha foi Diretor do Arquivo Público do Estado do Amazonas entre 1906 e 1908 e, de forma interina, em 1910. De acordo com André Jobim, ele foi efetivado no cargo em 27 de outubro de 1911, tendo sido exonerado em 23 de janeiro de 1912. Nesse mesmo ano mudou-se definitivamente para Belém<sup>391</sup>.

Em ordem cronológica, trabalhou e colaborou nos seguintes periódicos e revistas: Adejo Literário (1857), Revista do Atheneu Paraense (1858-1859), Correio Mercantil e Diário do Rio (1861), Ramalhete, de São Luís, MA, e Grinalda e Diário do Gram-Pará (1863), Jornal do Pará (1865), O Amazonas (1866), Mercantil, de Manaus (1868), Jornal do Commercio e Correio Mercantil, do Rio de Janeiro (1868), Commercio do Amazonas (1870), O Catechista (1870), A Inquisição, de Belém (1871), Sete de Setembro, de Belém (1871), A Nação, do Rio de Janeiro (1874), Commercio do Amazonas (1874), O Amazonas (1877), A Província, de Manaus (proprietário, 1878), Quinze de Agosto, de Manaus, em número único (proprietário, 1881), Quinze de Agosto, de Manaus, em homenagem ao Pará, número único (proprietário, 1882), O Tiradentes, de Manaus (1883), Voz do Povo, de Manaus (1883), Correio da Manhã, de Manaus (1885), A Província, de Manaus (1885), A Evolução, de Manaus (1887), A Cidade de Manaus (1887-1888), A Epocha, de Manaus (1889), Diário de Notícias, de Belém (1890), Diário do Gram-Pará (1891), Diário Popular e Correio Paraense (proprietário, 1892-1894)<sup>392</sup>. Já com idade avançada, foi redator do jornal amazonense O Mikado, criado em 1905<sup>393</sup> e do Jornal do Commercio. No período provincial, muitas vezes assinava seus artigos, principalmente os que eram escritos para divulgar os ideais republicanos, com o pseudônimo Ajuricaba.

Além do meio jornalístico e do funcionalismo público, Bento Aranha teve uma longa carreira na política do Amazonas. Foi eleito Deputado Provincial em 1870-1871, 1878, 1880, 1882-1886 e 1888-1889. O historiador paraense Vicente Salles registra que ele foi provavelmente “[...] o primeiro republicano a se eleger a uma Assembleia Legislativa Provincial no Império brasileiro”<sup>394</sup>.

<sup>389</sup> **Grãos Históricos**. *Jornal do Commercio*, 13/03/1978.

<sup>390</sup> *Diário Oficial*, Manaus, 02/09/1900.

<sup>391</sup> JOBIM, André. Velhos Tempos, 11/09/1946. Apud BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 135.

<sup>392</sup> SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos da História do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 163-166.

<sup>393</sup> **Grãos Históricos**. *Jornal do Commercio*, 14/09/1910.

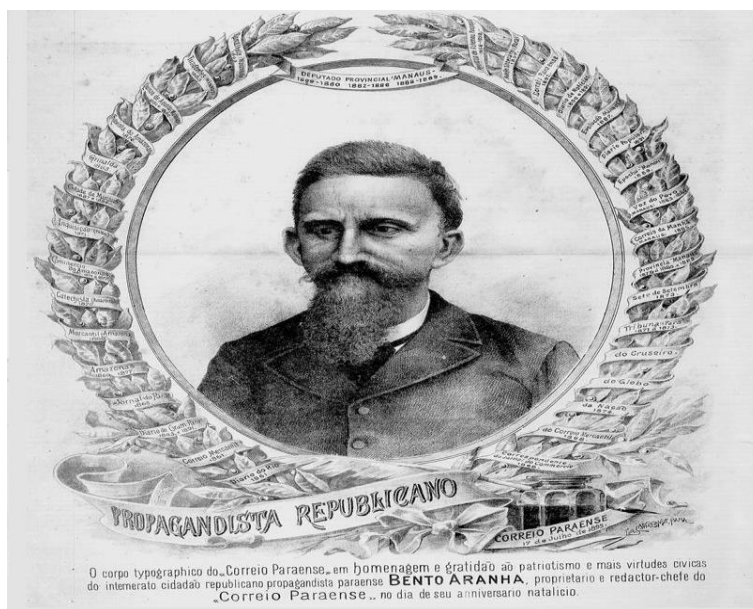
<sup>394</sup> SALLES, 2001, p. 116.



Em 1911, por ocasião da renúncia do então Deputado Estadual pelo Amazonas Coronel José Furtado Belém, que ocuparia o cargo de vice-governador, Bento Aranha disputou essa vaga com o advogado e diretor proprietário do Jornal do Commercio Vicente Reis. Bento Aranha recebeu apenas 1 voto, enquanto Vicente Reis recebera 2.509, sendo eleito por unanimidade para o Congresso Legislativo do Amazonas<sup>395</sup>.

Casou-se com Josephina Freitas em Belém, no Pará, em 1864. Dessa união nasceram João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha Filho, Maria do Céu Aranha, Maria Armanda de Figueiredo Tenreiro Aranha, Josephina Aranha e Olívia de Figueiredo Tenreiro Aranha. Faleceu em Belém em 15 de janeiro de 1919<sup>396</sup>, sendo sepultado no Cemitério de Santa Izabel.

**Figura 01** – Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919). Litogravura publicada no jornal Correio Paraense em 1892.



Fonte: Correio

18/07/1892.

Paraense,

### O historiador: um lugar na historiografia amazonense

O antropólogo amazonense Geraldo de Macedo Pinheiro (1920-1996), primeiro pesquisador a destacar a importância de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o considera, em texto sobre a historiografia de Manaus, nosso primeiro historiador. Vejamos o que ele diz em texto publicado em 1949 no Jornal do Commercio:

O seu primeiro historiador foi inegavelmente Bento Aranha, o velho Bento, a quem o Amazonas e suas instituições políticas e culturais tanto devem. Político

<sup>395</sup> *Jornal do Commercio*, Manaus, 27/07/1911.

<sup>396</sup> *Estado do Pará*, Belém, 16/01/1919.





e historiador, organizando bibliotecas, relatórios, mensagens, colecionando as produções poéticas do seu pai, não se esqueceu ele de voltar as suas vistas para a terra baré e dedicar-lhe um dos mais curiosos trabalhos.

"Um olhar pelo passado", folheto de poucas páginas, é sem favor algum a primeira contribuição à história topográfica da cidade, das suas ruas e nomenclaturas, tão bem explicada com amor e dedicação aí por volta de 1897<sup>397</sup>.

Essa descrição apresentada por Geraldo Pinheiro nos leva à reflexão sobre o trabalho do historiador no século XIX. Nesse período, a História estava se constituindo como ciência, tendo como base o Positivismo e o Historicismo. Os historiadores buscavam empreender um trabalho metódico e crítico sobre as fontes. A principal preocupação dos pesquisadores brasileiros daquele período era o estabelecimento de uma História Nacional, que terá como centro irradiador o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>398</sup>. Nas Províncias, posteriormente Estados, os historiadores se voltaram para a constituição de uma História Local e Regional. Tudo indica que essas foram as preocupações de Bento Aranha. Teremos como norte nossa análise esse trabalho pioneiro de Geraldo Pinheiro. Analisaremos primeiro os textos históricos publicados por Aranha e em seguida a obra "Um olhar pelo passado".

O principal meio de divulgação de seus textos históricos foi a imprensa. O texto histórico mais antigo encontrado, "*Libertas Quae Sera Tamen*", foi publicado em 1881 no jornal Quinze de Agosto, de Manaus. Nesse texto Bento Aranha discorre sobre a adesão do Pará à Independência do Brasil, em 15 de agosto de 1823. Ele faz um retrospecto dos movimentos separatistas ocorridos na colônia, com destaque para a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817), conectando-os com os eventos ocorridos nos Estados Unidos (1776) e na França (1789). Com exceção dos Estados Unidos e da França, os movimentos da América Portuguesa fracassaram e foram duramente reprimidos.

Uma separação só foi "aceita", explica Aranha, quando um membro da Dinastia de Bragança, Dom Pedro I, ascendeu à condição de Imperador do Brasil, tornando-o independente de Portugal. O Pará foi uma das últimas capitanias a aderir à Independência, ocorrida apenas em 15 de agosto de 1823. Bento Aranha afirma que

por não ter-se dado no Pará o menor derramamento de sangue entre Brasileiros e Portuguezes na ocasião da proclamação da independencia no dia 15 de

<sup>397</sup> PINHEIRO, Geraldo de Macedo. **Manaus e seus historiadores**. Jornal do Commercio, 26/02/1949.

<sup>398</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 25.



Agosto de 1823, devemos commemorar-o cheios de jubilo com um dos mais gloriosos para o grande Imperio<sup>399</sup>.

Um outro gênero que mereceu a atenção de Bento Aranha foi o das trajetórias políticas. Em 1899, no jornal *Commercio do Amazonas*, publicou uma série de nove artigos, de 18 de agosto a 01 de setembro, intitulada “Centenário de Gama Lobo”. Nesses textos ele analisou a trajetória política do Coronel Manoel da Gama Lobo d’ Almada (m.1799) desde sua chegada no Grão-Pará até sua administração na Capitania de São José do Rio Negro, entre 1788 e 1799. O momento mais importante, dentre vários, foi a transferência da capital da Capitania de São José do Rio Negro, localizada na Vila de Barcelos, para o Lugar da Barra (Manaus), em 1791:

Lobo d’ Almada assim procedendo julgou perfeitamente que a capital ali seria em vista da sua importante posição topographica, mais commoda e vantajosa para o commercio e para a administração dos negocios politicos e civis daqueles dilatados sertões, na phrase de Baena, no seu *Compendio das Eras*<sup>400</sup>.

Bento Aranha define Lobo d’Almada como um militar estadista e patriota imbuído dos predicados necessários para alavancar o desenvolvimento da Capitania, tendo um sério compromisso com a administração pública, compromisso esse que deveria ser copiado por seus contemporâneos:

Militar valente e brioso deu n’aquella epocha, em que só pelo direito da força imperava o absolutismo dos reis, e a nobreza desdenhosa das classes plebêas que hoje represeta as classes populares ou democratas das sociedades livres, dá o exemplo nobre e civilizador de desarmar os seus soldados, para, com os indios, applical-os em trabalhos agricolas, industriaes productivos e lucrativos á vida d’elles e á prosperidade da Capitania, e assim anima e desenvolve a lavoura, industria e commercio no Alto Amazonas e equilibra a receita cem a despeza da Capitania em vista da sua proibidosa e patriotica administração.

De homens da estatura moral e intelectual, de conhecimentos praticos de administração publica, como foi Manoel da Gama Lobo D’Almada, na Capitania do Rio Negro, é que a Republica dos Estados Unidos do Brazil carece para novamente impor se ao respeito de todas as nações do mundo<sup>401</sup>.

Nesse mesmo ano e no mesmo jornal, entre 12 e 22 de fevereiro, publicou quatro artigos sobre “A Navegação do Amazonas”. Bento Aranha vê a ação de políticos como João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Romualdo Antônio de Seixas e João Candido de Deus e Silva, entre 1824 e 1850, em relação a introdução da navegação a vapor no Amazonas, como um empreendimento patriótico na facilitação das viagens e na

<sup>399</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Libertas Quae Sera Tamen**. Quinze de Agosto, 15/08/1881.

<sup>400</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, 23/08/1899.

<sup>401</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, 24/08/1899.





criação de colônias agrícolas pelo interior do Amazonas. Ele lamentava a criação de um monopólio inglês sobre a navegação, que em sua opinião era

[...] um cranco terrível que, matando a concorrência de outras companhias á navegação, retardará o desenvolvimento da industria e do commercio do valle do Amazonas, e contribuirá poderosamente para que nos paizes cultos do Velho e do Novo Mundo ignore-se que, dentro d'esse magestoso e maravilhoso valle, existem os Estados do Pará e Amazonas, cuja prosperidade é invejável e admiravel de todos os estrangeiros que o visitam<sup>402</sup>.

Ele concluiu essa série de artigos sobre a navegação clamando para que os governos do Amazonas e do Pará fizessem algo contra essa condição em que ela se encontrava, pois era de extrema importância para os negócios desses dois Estados. Eles deveriam “[...] libertar a navegação do oceânico rio Amazonas d'esse canceroso sindicato inglês, que a tem monopolizado. Guerra ao monopólio”<sup>403</sup>.

As questões de Estado eram outro interesse. No artigo “Acre, Alto Purus e Alto Juruá”, publicado no Jornal do Commercio de Manaus, defendia que esses três territórios, por suas dimensões territoriais e crescimento populacional e econômico, alavancados pelas atividades econômicas ligadas à extração do látex e naquele momento mais desenvolvidos que a Comarca do Amazonas às vésperas da criação da Província do Amazonas (1850), deveriam ser unificados e transformados em um Estado da Federação. Bento Aranha acreditava que o Governo do Estado do Amazonas e o Governo Federal deveriam trabalhar de forma conjunta para criar esse novo Estado, da mesma forma que ocorreu em 1850, evocando o exemplo histórico. Para ele, “O Estado do Amazonas, dando este passo acertado a favor do povo acreano, nobilitar-se-ia no conceito não só do povo brasileiro em geral, como dos das nações cultas das duas Américas e da Europa”<sup>404</sup>.

Como membro fundador da Sociedade Emancipadora Amazonense, não se esqueceu da Abolição da Escravidão no Amazonas, ocorrida em 10 de julho de 1884. No artigo “Amazonas Abolicionista”, publicado no Jornal do Commercio, ele fez um breve retrospecto dos debates e leis que possibilitaram a abolição na Província. De acordo com Bento Aranha,

Já em 13 de maio de 1869, por um additivo de Agostinho Rodrigues de Souza foi mandada inserir na lei do orçamento a verba de 10:000.000 rs, para despende-se com a emancipação do elemento servil, incentivo este para que,

<sup>402</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Navegação do Amazonas**. Commercio do Amazonas, 22/02/1899.

<sup>403</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Navegação do Amazonas**. Commercio do Amazonas, 22/02/1899.

<sup>404</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Acre, Alto Purus e Alto Juruá**. Jornal do Commercio, 07/11/1908.



a 5 de março de 1870, o povo manauense inaugurasse a *Emancipadora Amazonense*, libertando 4 escravizados menores.<sup>405</sup>

Em 24 de maio de 1884 a escravidão foi abolida na capital da Província. Pouco mais de um mês depois, “O Amazonas sempre abraçou e trabalhou pela grande ideia da liberdade dos escravos, cujo triumpho alcançou a 10 de julho de 1884”<sup>406</sup>.

Outro caminho enveredado por Bento Aranha foi o do jornalismo investigativo. Em 1909, no artigo “Não morreu, mataram-no”, publicado no *Jornal do Commercio*, foi um dos primeiros autores a questionar a morte do ex-governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), acreditando que não se tratara de um suicídio, mas sim de um assassinato planejado por seus desafetos políticos. Bento Aranha somou inúmeros fatos para duvidar do suicídio de Eduardo Ribeiro: a viagem repentina para o interior, horas antes do ocorrido, do então Governador Silvério Nery; a ingestão forçada de pílulas por Eduardo Ribeiro, que Bento acreditava estarem com substâncias tóxicas; e os gritos de socorro ouvidos pelo jardineiro da Chácara Pensador, jardineiro esse que depois do ocorrido nunca mais foi visto. Conforme Bento Aranha, “eis o motivo porque o povo exclama sempre que *Pensador* não morreu, mataram-no!”<sup>407</sup>.

Ele também escreveu biografias. Uma das mais interessantes diz respeito ao sertanista Manoel Urbano da Encarnação, personagem da História amazonense até hoje pouco explorado pela pesquisa histórica. Em “Manoel Urbano”, artigo publicado em 1910 no *Jornal do Commercio*, nos é apresentado um cafuzo que, nascendo em meio a pobreza no interior da então Capitania de São José do Rio Negro, conseguiu superar sua condição através dos serviços prestados ao desbravamento daquele território, depois Comarca e Província. Manoel Urbano tornou-se figura requisitada em expedições científicas e do governo:

Castelnau, Silva Coutinho, Costa Azevedo, Chandless, Tenreiro Aranha e seus sucessores na administração do Amazonas, até 1889, foram seus mais fervorosos admiradores, tendo-o por auxiliar nos estudos profundos, que fizeram, da sede hydrographica e riquezas naturaes do Alto Amazonas<sup>408</sup>.

Após décadas de serviços prestados ao Império e à República, muitas das vezes sem remuneração, Bento Aranha lamenta a condição em que Manoel Urbano foi deixado,

---

<sup>405</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Amazonas Abolicionista**. *Jornal do Commercio*, 11/07/1909.

<sup>406</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Amazonas Abolicionista**. *Jornal do Commercio*, 11/07/1909.

<sup>407</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Não morreu, mataram-no!** *Jornal do Commercio*, 14/10/1909.

<sup>408</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Manoel Urbano**. *Jornal do Commercio*, 17/07/1910.



expropriado de sua terra em Canutama, a única compensação oferecida, entre 1884/1885, transformada em município, e, após a morte, abandonado no antigo Cemitério de São Raimundo, sem um túmulo digno de sua grandeza. Para ele “o Amazonas deve a Manoel Urbano uma grande parte da fama dos inexoráveis thesouros de seus ricos e abundantes productos animaes, vegetaes e mineraes, que se ha dilatado por todos os recantos do mundo”<sup>409</sup>.

Percebe-se, a partir da análise dessa produção, a importância que a imprensa teve em sua atividade intelectual. Sobre esse aspecto, a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro lembra que “foi nas páginas da imprensa local que a intelectualidade amazonense da virada do século XIX para o XX ganhou visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local”<sup>410</sup>. Essa intensa atividade nos jornais possibilitou que muitos intelectuais, entre eles Bento Aranha, ingressassem posteriormente em instituições culturais como os institutos históricos e as academias de letras.

Além da imprensa, Bento Aranha foi bastante ativo como historiador no Arquivo Público do Estado do Amazonas. Em 1906 criou a revista *Archivo do Amazonas*, “revista destinada á vulgarização de documentos geographicos e historicos do Estado do Amazonas”<sup>411</sup>. De acordo com o historiador Bernardo Farias dos Santos, Bento Aranha “[...] colaborou para realizar as oito primeiras edições da revista, no período de 1906 a 1908, durante o governo de Antonio Constantino Nery”<sup>412</sup>. Nos primeiros números ele recuperou e transcreveu documentos referentes à história eclesiástica, às tribos indígenas, à exploração de rios e territórios da Capitania de São José do Rio Negro, da Comarca do Alto Amazonas e da Província do Amazonas.

Um de seus maiores trabalhos, “As Explorações e os Exploradores do rio Uaupés”, foi publicado na revista do arquivo. Trata-se de um estudo sobre a Geografia e a História dos rios Uaupés e Içana. Ele realizou esse estudo em resposta à carta geográfica do Amazonas feita pelo Conde Ermanno Stradelli em 1889. Nesse documento o nobre pesquisador italiano

[...] tirou os rios Apaporis e Tarahira, no Japurá, Tiquié e quasi todo Uaupés no Negro ao Brazil, e de mãos abertas deu-os á Colômbia. A publicação foi realizada em nome dos [...] legítimos interesses do Brazil, que serão

<sup>409</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Manoel Urbano**. *Jornal do Commercio*, 17/07/1910.

<sup>410</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). 3<sup>o</sup> ed. Manaus: EDUA, 2015, p. 125.

<sup>411</sup> **Archivo do Amazonas**. Anno I, v. I, n.º. 2, 23/10/1906.

<sup>412</sup> SANTOS, Bernardo Farias dos. **Arquivo Público do Amazonas**: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852-1999). Manaus, UFAM, Dissertação (Mestrado em História), 2016, p. 105.



prejudicados enormemente, se o Governo do Amazonas, sancionando com o silêncio que ora guarda a respeito da divisão dos nossos limites feita pelo sr. de Stradelli, nessa carta, lhe quiser dar o cunho official, que já perversamente affirma-se ter dado<sup>413</sup>.

Aranha registra que as primeiras explorações foram feitas por portugueses nos períodos Colonial e Imperial, sendo seus primeiros exploradores Manuel da Gama Lobo d' Almada, no século XVIII, e Frei Gregório, José Maria de Bene e Jesuíno Cordeiro, no século XIX, a mando do 1º Presidente da Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. São transcritos documentos como termos, autos e ofícios, descritos povoados, missões religiosas e povos indígenas. Buscou demonstrar, através da História e da Geografia, a soberania do Amazonas sobre esses afluentes do Rio Negro.

No nº 08 da Revista, de 23 de janeiro de 1908, Bento Aranha publicou a extensa conferência sobre “História e Geografia do Amazonas” que realizou em 17 de outubro de 1907 no Gymnasio Amazonense Dom Pedro II, em Manaus. Ele dividiu essa conferência em quatro partes. Na primeira abordou as expedições de descobrimento e consolidação colonizadora na Amazônia, de Vicente Yanez Pinzon a Pedro Teixeira, bem como realizou uma discussão historiográfica sobre as pesquisas referentes às origens dos índios americanos: “Em geral, crê-se, em toda a América, que a origem da população americana proveio do Oriente, do Velho Continente, por via do Estreito de Behring”<sup>414</sup>. A segunda e terceira partes são geográficas, sobre a hidrografia da região (rios Amazonas, Tocantins, Solimões e outros tributários), as rotas da navegação a vapor na segunda metade do século XIX, a posição astronômica do Estado e seu clima. A quarta e última parte de sua conferência é uma História administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e da Capitania de São José do Rio Negro. Trata-se de uma relação numérica dos governantes das duas primeiras unidades administrativas e nominal na última:

Desta sorte, contando da data da fundação do Estado do Maranhão a da do Grão-Pará e Rio Negro o número dos seus governadores e capitães gerais foi este de 30, sendo: No domínio espanhol, com residência no Maranhão – 3; no domínio português com a mesma residência – 23; e com esta no Pará – 5, inclusive o governo provisório de 30 de janeiro de 1644.

No domínio holandês teve o Maranhão, menos o Pará que não se submeteu à Holanda, dois governadores desta potência, de 27 de novembro de 1641 a 28 de fevereiro de 1644.

<sup>413</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. As explorações e os Exploradores do Rio Uaupés. **Arquivo do Amazonas**, Anno 1, v. I, n.º. 2, 23/10/1906. p. 25.

<sup>414</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. História e Geografia do Amazonas. **Revista Arquivo do Amazonas**. Anno 2, v.2, n.8, 23/01/1908, p. 120.



A capitania do Grão Pará, sujeita ao Estado do Maranhão, contou até a data da fundação do Estado do Grão Pará e Rio Negro, no domínio espanhol 15 governadores e capitães-mores, e no domínio português 26, inclusive o de 19 de junho de 1650, que pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão foi declarado independente da sua autoridade, e mais 4, inclusive o de 8 de maio de 1654, de Domingos Machado, conjuntamente o Senado da Câmara, em virtude do Decreto régio de 23 de fevereiro de 1652, que deu-lhes autoridade independente da do governo do mesmo Estado do Maranhão.

O Estado do Grão-Pará e Rio Negro contou, da data da sua fundação até a adesão do Pará à proclamação da independência e do Império do Brasil, o número de 10 governadores e capitães gerais, inclusive o de 24 de setembro de 1751 e o de 2 de março de 1759, que governaram o Maranhão dependente do Pará; uma junta provisória de 19 de outubro de 1817 com três membros; uma outra junta provisória constitucional de 1º de julho de 1820 com três membros; uma terceira de 1º de janeiro de 1821 com oito; uma quarta de 12 de março de 1822 e uma, por último, de 10 de março de 1823 com sete cada uma.

A Capitania de S. José do Rio Negro, sujeita ao Estado do Pará, contou da data da sua fundação em 11 de julho de 1757 até a adesão do Pará à independência e império do Brasil, os governadores seguintes: Joaquim de Mello Povoas (7/05/1758), Gabriel de Souza Filgueira, Nuno da Cunha Ataíde Varona, Valerio Corrêa Botelho de Andrade, Joaquim Tinoco Valente (1772), José Antonio Salgado, Manoel da Gama Lobo D' Almada (1787), José Antonio Salgado (27/10/1799), José Simões de Carvalho (1804), José Joaquim Victorio da Costa (1805), José Joaquim Victorio da Costa (10/10/1807), Manoel Joaquim do Paço (1818), Antonio Luiz Pires Borralho, Manoel Joaquim do Paço (31/03/1821) e Antonio Luiz Pires Borralho.

No mesmo domínio contou mais uma junta administrativa provisória constitucional, formada por eleição, e compondo-se dos cidadãos seguintes: Antônio da Silva Craveiro, Bonifácio João de Azevedo, Manoel Joaquim da Silva Pinheiro e João Lucas da Cruz<sup>415</sup>.

Esses estudos histórico-geográficos fizeram com que o escritor Manuel Anísio Jobim classificasse Bento de Figueiredo Aranha como um pesquisador cujo “espírito tendia para a ethnographia e para a ethnologia, com derivativo para a historia”<sup>416</sup>. A partir de agora analisaremos “Um olhar pelo passado”.

A principal obra de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha foi publicada em 1897. Trata-se do livreto “Um Olhar pelo Passado”, que foi dedicado ao governador Fileto Pires Ferreira (1896-1898). Logo no início ele diz que não tinha a pretensão de realizar um trabalho histórico, afirmando “não ter competência para fazer o histórico do desenvolvimento material da cidade de Manaus”. No entanto, parte de seu trabalho é baseado no que viu durante a vida e do que foi encontrado “nos arquivos públicos desta

<sup>415</sup> Op cit, 23/01/1908, p. 128-129.

<sup>416</sup> JOBIM, Anísio. **A Intellectualidade no Extremo Norte: Contribuições para a História da Literatura no Amazonas.** Manáos: Livraria Clássica, 1934, p. 61.



capital, Barcellos, Itacoatiara e Teffé<sup>417</sup>, o que demonstra mais uma vez a sua já citada prática de pesquisa arquivística.

O ponto de partida de seu livro é o ano de 1791, com a transferência, por iniciativa do governador Lobo D' Almada, da capital da Capitania de São José do Rio Negro de Barcelos para o Lugar da Barra (Manaus). Ele lista os governadores da Capitania desde sua fundação em 1757: Joaquim de Mello e Póvoas, Gabriel de Souza Filgueiras (interino), Nuno da Cunha Athayde Vianna (interino), Valerio Corrêa Botelho D' Andrade (interino), Joaquim Tinoco Valente, posteriormente uma junta governativa formada por oito membros, Manoel da Gama Lobo D' Almada, José Antônio Salgado, José Joaquim Vitória da Costa e Manoel Joaquim do Paço.

Bento Aranha, a partir desse ponto, dedica-se à fundação da cidade de Manaus, citando a criação, por Pedro da Costa Favela, auxiliado por um missionário e índios aruaques, da primitiva aldeia onde hoje está localizada a capital do Amazonas. Posteriormente, padres carmelitas criaram uma Missão, cabendo a Manoel da Mota de Siqueira a construção da fortaleza. O autor cita a construção de outros fortes a partir da segunda metade do século XVIII: Os fortes de S. Gabriel da Cachoeira do Corucovi e de S. José de Marabitanas, construídos em 1763; o de S. Francisco Xavier de Tabatinga, em 1756; e o de S. Joaquim do Rio Branco, em 1775.

É dado destaque ao governo de Lobo D' Almada, que impulsionou a vida do Lugar da Barra, criando

1 padaria de pão de arroz moido em atafoma movida por bestas; 1 fabrica de panno de algodão (em rolos) tendo 18 teares e 10 rodas de fiar com 24 fusos cada uma; 1 cordoaria de cordas e amarras de piassaba e calabres; 1 fabrica de fecula de anil; 1 nora para distribuir agua para a fabrica de anil e para uma horta; 1 horta; 1 olaria com excellentes amassieiras, estendedouros, fornos calcinatorios e de torrefação de telha e ladrilho; 1 fabrica de velas de cera; 1 açougue; 1 ribeira para a construcção de canoas; 1 fabrica de redes de fio d' algodão; 1 fabrica de redes de fibras de tucum, curuauhá e murity; e muitos engenhos de moer canna e fabricar cachaça e mel<sup>418</sup>.

Ele lança mão de dados demográficos em seu estudo:

A população livre da Capitania do Rio Negro era em 1788 calculada aproximadamente em 250:000 almas, existindo então 29:568 fogos, entretanto, depois que passou a simples comarca do Alto Amazonas o numero destes em 1832 achava-se reduzido a 2:047 e d'aquellas a pouco menos de 18:000.

<sup>417</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990, p. 09. [original de 1897].

<sup>418</sup> ARANHA, 1990, p. 11-12.



Nesta ultima epocha o logar da Barra tinha pouco mais de 4:000 habitantes livres e 379 escravos, numero aquelle que me pareceu reduzido a menos da metade em 1852<sup>419</sup>.

Bento Aranha cita uma referência bibliográfica uma única vez. Trata-se do “Ensaio corográfico sobre a província do Pará”, escrito pelo militar, geógrafo e historiador português Antônio Ladislau Monteiro Baena e publicada em 1839. Esse ensaio era uma das principais referências da época por sua inegável densidade, qualidade e erudição do autor, que abordou diferentes aspectos da Província do Pará, da qual o Amazonas fez parte por quase um século: “Ainda no anno de 1832 o numero de suas ruas attingia a 11 e uma praça conforme refere Baena no Ensaio Corographico, sendo esta provavelmente a do Quartel, onde havia erguido um pelourinho no Centro”<sup>420</sup>.

Nos anos finais do período Colonial a Capitania de São José do Rio Negro foi administrada por uma junta provisória formada por Antonio da Silva Craveiro, Bonifácio João de Azevedo, Manoel Joaquim da Silva Pinheiro e João Lucas da Cruz. Em 09 de novembro de 1823, o Lugar da Barra jurou fidelidade a D. Pedro I, sendo seguida por outras localidades. Uma junta governativa administrou a Capitania até 1825. Posteriormente ela foi transformada em Comarca do Alto Amazonas, subordinada ao Grão-Pará.

Após citar o Código de Processo Criminal, promulgado pelo Império em 1832, e que estabeleceu a divisão das comarcas e alterou os antigos nomes de suas vilas em 1833; e levantar alguns dados sobre o Lugar da Barra entre 1832 e 1852, Bento Aranha entra na segunda parte de sua obra, composta por reminiscências históricas, descrições de paisagens, ruas e caminhos de Manaus que conheceu a partir da segunda metade do século XIX:

Era cortada a cidade da Barra, como a conheci em 1852, ao Norte pelo igarapé da Castelhana, que desagua no da Cachoeira Grande e pelo dos Remédios (Aterro), no logar denominado Mocó, cujas aguas lançam-se no Rio Negro. Este ultimo igarapé dividia o bairro da Republica do dos Remédios. Ao Occidente o igarapé da Cachoeira Grande limitava a cidade, e entre elle e o do Espirito Santo corriam os igarapés de S. Vicente, cuja fonte estava situada na extrema Occidental da rua da Palma, hoje denominada Saldanha Marinho; e o da Bica, seu affluente, que nasce na rua 10 de julho, ainda não existente nessa epocha, e cujo leito estende-se ao longo do largo da Polvora, formando com o igarapé da Cachoeira Grande o arrabalde denominado Cornetas e Sacco do Alferes. Abaixo do igarapé de S. Vicente desaguava no Rio Negro um outro que denominava-se do Seminário, cuja nascente era na rua Brazileira, tendo sido transformado depois na praça da Imperatriz. Estes dous igarapés

---

<sup>419</sup> ARANHA, 1990, p. 14.

<sup>420</sup> ARANHA, 1990, p. 14.



formavam o bairro de S. Vicente, assim como o do Seminário e o do Espírito Santo o bairro que o tomava o do deste nomes<sup>421</sup>.

Rua da Palma, S. Vicente, Largo da Pólvora, Saco do Alferes, rua Brasileira, rua Feliz Lembrança, rua do Sol, rua da Lua, travessa do Cantagalo, rua das Flores e outros tantos nomes pitorescos de lugares há muito modificados ou desaparecidos na cidade de Manaus. Casas cobertas de palha, protegidas por cercas de madeira, alguns raros sobrados em construção e outros arruinados. Bento Aranha nos apresenta a geografia da cidade nos tempos provinciais, uma geo-história, sempre recorrendo à sua memória, como na passagem a seguir: “Em 1865 existiam no igarapé de Manaus alguns sítios, sendo destes os mais longínquos o da Curiboca Mãe, de D. Maxima Alvarenga, da velha cabocla Patricia, do velho João Cuyabá, do velho Cidade, e da velha Clementina”<sup>422</sup>. Destacamos, nessa parte do livro, o uso de notas de rodapé para situar os leitores sobre os nomes de algumas ruas, o que demonstra o cuidado do autor com uma pesquisa pensada nos mínimos detalhes.

Das transformações daquele período, cita a construção do Cemitério de São José, a abertura da Praça da Saudade, a abertura das estradas Ramos Ferreira e 7 de Dezembro e outras vias<sup>423</sup>. À essa descrição de logradouros públicos segue-se uma relação de construções existentes em Manaus antes de 1852, das quais destacavam-se o Palácio dos Governadores, o Quartel, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Forte de S. José da Barra do Rio Negro (em ruínas), o Hospital Militar, a Olaria e a Cordoaria. O livro termina com uma abordagem sobre os rios até então conhecidos e mais explorados, como o Madeira, Içana, Japurá e Purus, todos visados por comerciantes amazonenses, paraenses, portugueses, maranhenses e mato-grossenses. Ele conclui o livro da seguinte forma:

Para dar uma ligeira idéia do que foi o Estado do Amazonas e principalmente de Manáos até o dia da instalação da provincia, parece-me sufficientes estas informações, que não passam de um trabalho de simples reminiscência histórica.

Dê o destino que julgar conveniente a tudo isto e queira sempre dispor<sup>424</sup>.

Bento Aranha foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 03 de maio de 1900, estando também presente em sua refundação, em 06 de março de 1917. Na revista desse instituto publicou, entre 1917 e 1918, o trabalho “A terra, as coisas e o homem da Amazônia”. Trata-se de “memórias historicas, geographicas,

<sup>421</sup> ARANHA, 1990, 15-16.

<sup>422</sup> ARANHA, 1990, p. 16.

<sup>423</sup> ARANHA, 1990, p. 19.

<sup>424</sup> ARANHA, 1990, p. 23.





ethnographicas, mineralógicas, botânicas e zoológicas das minhas viagens através da Amazonia”<sup>425</sup>. Ele descreveu sua viagem pelo rio Demeueni, afluente do Acará. De acordo com a historiadora Iza Vanesa Pedroso de Freitas, em Dissertação de Mestrado sobre cultura e política no IHGPA, esse trabalho captura a Amazônia como a “natureza personagem”, isto é, uma região com uma natureza sufocante que oferecia perigos aos homens, seja pela mata densa e desconhecida, pelas doenças e pelos nativos. Bento Aranha descreve os indígenas e os regatões da seguinte forma:

observei do rio, com surpresa, um bando de homens nus, vindo do meio da mata, aos saltos de rama em rama, de galho em galho de frondosas árvores, da maneira por que os macacos andam nas florestas, sair a praia e de cima desta dirigir-se em vozzeria infernal a nós, indagando quem éramos e o que pretendíamos. Entre estes selvagens e o meu intérprete houve um breve diálogo.

No Amazonas, como também no Pará, o mercador ambulante (...) tem a classificação oficial de regatão, é um homem-máquina (...) Este homem extraordinário que assim afronta todos os perigos... não tem consciência de si; desconhece a sua temeridade e valor, não alcança por falta de instrução além de si mesmo a nobre missão que exerço, sem que a queira, de levar a esses incultos e ignorantes habitantes dos nossos sertões a idéia de que fora deles existe um mundo todo de grandeza e da luz. A ambição cega-o, (...) vai deixando visíveis exemplos de prostituição, roubo e homicídios que pratica, crime este último que só não comete entre os índios<sup>426</sup>.

O discurso de Bento Aranha nesse trabalho vai ao encontro com os ideais dos institutos históricos e geográficos da região Norte, que além de terem sido criados para preservar a sua História, estavam imbuídos de uma missão civilizadora de divulgá-la aos grandes centros do país e do mundo, tentando romper as barreiras impostas por uma geografia bastante peculiar. Necessitava-se, dessa forma, de homens cultos e patriotas para realizá-la com sucesso, leia-se os membros dos Institutos Históricos e Geográficos.

Após conhecer sua produção intelectual, surge o seguinte questionamento: qual o lugar de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha na Historiografia Amazonense? Antes de alocarmos ele em determinada posição na historiografia, é preciso primeiro tomar ciência de como esta se encontra. A Historiografia Amazonense é marcada por uma divisão influenciada pelo *boom* da economia gomífera entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XIX. De um lado temos autores ditos conservadores, que eram

<sup>425</sup> ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. A Terra, as cousas e o homem da Amazonia. **Rev. Inst. Hist. Geo. Pará**. Vol. I, 1917, p. 53.

<sup>426</sup> Op cit, 1917, p. 68, 54-55 Apud FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937). UFPA, Dissertação (Mestrado em História), 2007, p. 103.



membros e escreviam para a elite, com produção localizada entre as décadas de 1930 e 1970. Suas obras são marcadas por uma visão romantizada da História do Amazonas, marcada pelo progresso e praticamente sem conflitos sociais. Do outro lado temos aqueles autores que renovaram a pesquisa histórica no Estado a partir da década das décadas de 1980 e 1990, reavaliando a sociedade daquele período e inserindo nela importantes discussões como a valorização e recuperação das trajetórias das classes menos favorecidas, como os trabalhadores, os indígenas e as mulheres. Em síntese, personagens que fazem parte da ‘História Vista de Baixo’, oriunda da História Social Inglesa<sup>427</sup>. Essa divisão, deve-se reconhecer, foi importante para o desenvolvimento de novas abordagens, mas, ao mesmo tempo, é insuficiente ao privilegiar determinados temas e personagens em detrimento de outros, como os primórdios da pesquisa histórica no Estado e seus pioneiros, como foi o caso de Bento Aranha.

Essa divisão deve ser repensada, sem, claro, esquecermo-nos do evento econômico da borracha, pois de fato ele foi um divisor de águas em nossa História. Então onde entraria Bento Aranha? Ele estaria em uma nova divisão da historiografia amazonense: a dos historiadores que, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, buscaram sistematizar a História do Amazonas e de Manaus. Isso já vinha ocorrendo pelo menos de 1880, quando o médico e historiador Aprígio Martins de Menezes (1844-1891) publicou em 1884 sua “História da Província do Amazonas”, propondo divisões e marcos cronológicos para o seu estudo. Em seguida surge “Um olhar pelo passado”, de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, publicado em 1897 e no qual percebemos na primeira parte uma divisão semelhante à proposta por Aprígio Menezes:

Neste mesmo anno assumio o governo da Capitania o Coronel Manuel da Gama Lobo d’Almada o qual no seguinte anno (1789) foi nomeado commissario Plenipotenciario das demarcações.

Com a posição que assumio Almada uma phase da prosperidade e engrandecimento abrio-se para a Capitania, pois no novo governador concorriam todos os predicados attinentes á tão lisongeira presumpção [...].

Em 1791 o governador M. da Gama Lobo d’Almada muda a séde da Capitania de Barcellos (Muruiá) para o Logar da Barra, posição sem duvida alguma mais apropriada para o centro das operações governamentaes.

Foi d’ahi principalmente que poz em actividade todos os recursos de que era capaz seu talento administrativo, no intuito de imprimir nos negocios da

<sup>427</sup> DANTAS, Hélio da Costa. Pesquisa Histórica no Amazonas: Uma Breve Análise. **Jamaxi**, Ufac, v. 1, n. 1, 2017, p. 189.



Capitania esse movimento salutar, que só manifestou-se em crescente progressão durante o seu governo<sup>428</sup>.

Posteriormente surgem trabalhos mais detalhados que buscaram ampliar esses conhecimentos, como “A Cidade de Manáos: sua história e seus motins políticos”, publicado em 1908 pelo historiador paraense Bertino de Miranda Lima. A consolidação se dá com “História do Amazonas”, publicado em 1931 pelo historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis. Ao invés de conservadores, por que não entender esses autores como fundadores da História do Amazonas e de Manaus?

Geraldo de Macedo Pinheiro, em 1949, foi pioneiro ao reconhecer a importância de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha como nosso primeiro historiador. Em artigos recentemente publicados, o historiador amazonense Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, filho de Geraldo de Macedo Pinheiro, recuperou o pioneirismo de Bento Aranha como propagador e defensor do regime republicano através da imprensa do Amazonas e do Pará entre 1870 e 1910<sup>429</sup> e cronista sobre as transformações da cidade de Manaus durante o apogeu da economia gomífera<sup>430</sup>. Com o presente trabalho esperamos deixar também alguma contribuição sobre sua trajetória.

## Conclusão

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha se dedicou durante toda a sua vida – uma longa, diga-se de passagem – à pesquisa histórica, publicando artigos em periódicos amazonenses e paraenses, realizando pesquisas em arquivos, dirigindo o Arquivo Público do Estado do Amazonas e sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA). Manuel Anísio Jobim, em estudo sobre a intelectualidade da região Norte, escreveu breve nota sobre sua atuação como historiador e etnógrafo. Sua importância foi pioneiramente reconhecida em 1949, em trabalho mais detalhado do antropólogo Geraldo de Macedo Pinheiro, que registrou ser ele o primeiro historiador que se dedicou à História de Manaus, produzindo um livreto de qualidade ímpar.

<sup>428</sup> MENEZES, Aprígio Martins de. História da Província do Amazonas. In: Almanach Administrativo, Histórico, Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas para o anno de 1884. Manáos: Imp. na Typ. Do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 87-115.

<sup>429</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021.

<sup>430</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n° 12, dez. 2021.



Ele foi um típico historiador da segunda metade do século XIX e início do século XX. Nesse período a história estava se constituindo enquanto ciência, e os que a ela se dedicavam realizavam um trabalho metódico e uma leitura crítica das fontes arquivísticas. Autodidata, jornalista e político, fazia pesquisas em arquivos, compilava e transcrevia documentos, organizava acervos e preocupava-se com a gerência de instituições culturais extremamente importantes para a produção histórica, que eram e continuam sendo os arquivos públicos. Escreveu sobre os mais variados assuntos: História Política, biografias, trajetórias e estudos sobre a Geografia da região. Assim como outros intelectuais da época, divulgou seus trabalhos na imprensa.

A partir da análise de sua produção intelectual, concluímos que Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha está inserido entre aqueles historiadores que lançaram as bases da História de Manaus e do Amazonas, tendo se preocupado com a documentação e a sistematização desse conhecimento. Ele teve grande preocupação em traçar os caminhos pelos quais deveriam caminhar outros historiadores, escrevendo sobre os grandes vultos regionais e sobre o desenvolvimento urbano da capital amazonense. Dessa forma, ele faz parte de um seleto grupo de autores como o poeta e historiador baiano radicado no Amazonas Aprígio Martins de Menezes (1844-1891) e Bertino de Miranda Lima, natural do Pará e aqui também radicado, que foram seus contemporâneos e necessitam ter o conjunto de suas obras estudadas.

Ao escrever sobre Lobo D' Almada e sua trajetória política na Capitania de São José do Rio Negro, e tê-lo como um exemplo para a política de sua época, no tom característico da História ciceroniana, *magistra vitae*, antecipou, guardadas as devidas diferenças, a História Política trabalhada de forma mais apurada por Arthur Cézár Ferreira Reis em “História do Amazonas e Lobo D’Almada: Um Estadista Colonial”. Com sua história topográfica de “Um Olhar pelo Passado”, lançou as bases de um gênero que seria bastante trabalhado posteriormente por historiadores como Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004), autor do denso “Roteiro Histórico de Manaus”, sobre as ruas, logradouros e bairros de Manaus que surgiram, foram modificados e desaparecem ao longo tempo.

**Data de Submissão:** 13/12//2022

**Data de Aceite:** 07/03/2022

#### **Fontes**

*Amazonas*, 16/01/1867.



*Diário de Belém*, 04/12/1873.

Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 12º Legislatura. Em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Província, Bacharel Domingos Monteiro Peixoto.

*Jornal do Commercio*, RJ, 04/06/1882.

*Diário de Notícias*, PA, 09/07/1885.

*Diário de Notícias*, PA, 06/01/1891.

*Correio Paraense*, PA, 18/07/1892.

*Diário Official*, 02/09/1900.

*Jornal do Commercio*, AM, 30/03/1910.

*Jornal do Commercio*, AM, 09/04/1910.

*Jornal do Commercio*, 14/09/1910.

*Jornal do Commercio*, AM, 27/07/1911.

*Estado do Pará*, PA, 16/01/1919.

*Jornal do Commercio*, AM, 13/03/1978.

### Referências

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Acre, Alto Purus e Alto Juruá**. *Jornal do Commercio*, AM, 07/11/1908.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Amazonas Abolicionista**. *Jornal do Commercio*, AM, 11/07/1909.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. As explorações e os exploradores do Rio Uaupés. **Arquivo do Amazonas**, Anno 1, v. I, n°. 2, 23/10/1906.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, AM, 23/08/1899.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, 24/08/1899.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. História e Geografia do Amazonas. **Arquivo do Amazonas**. Anno 2, v. 2, n°. 8, 23/01/1908.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Libertas Quae Sera Tamen**. *Jornal Quinze de Agosto*, 15/08/1881.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Manoel Urbano**. *Jornal do Commercio*, AM, 17/07/1910.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Não morreu, mataram-no!**. *Jornal do Commercio*, AM, 14/10/1909.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Navegação do Amazonas**. *Commercio do Amazonas*, 22/02/1899.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990. [original de 1897].



BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

DANTAS, Hélio da Costa. Pesquisa Histórica no Amazonas: Uma Breve Análise. **Jamaxi**, Ufac, v. 1, n° 1, 2017.

FREITAS, Iza Vanessa Pedroso de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**. UFPA, Dissertação (Mestrado em História), 2007.

GUIMARÃES, Camila Lima; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Jornalistas de destaque: profissionais da imprensa de Belém entre 1840 e 1860. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ, 04 a 07/09/15.

JOBIM, Anísio. **A Intellectualidade no Extremo Norte: Contribuições para a História da Literatura no Amazonas**. Manaus: Livraria Clássica, 1934.

PINHEIRO, Geraldo de Macedo. **Manaus e seus Historiadores**. Jornal do Commercio, AM, 26/02/1949.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910. **Intelligere**, Revista de História Intelectual, n° 12, dez. 2021.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. 3° ed. Manaus: EDUA, 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 3° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos da História do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANTOS, Bernardo Farias dos. **Arquivo Público do Amazonas: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852-1999)**. Manaus, UFAM, Dissertação (Mestrado em História), 2016.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara**. Manaus: Gráfica Ziló, 2018.